

A EDUCAÇÃO COMO ALVO DO TERCEIRO SETOR: INSTITUTO AYRTON SENNA

Paula Cristina Marcelino dos Reis Silvestre
Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia
Universidade Federal de Campina Grande
paulinha_reis2@yahoo.com.br

Pablicia Alves Queiroga
Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia
Universidade Federal de Campina Grande
pablicia_caina@hotmail.com

RESUMO

Desde a década de 1990 as organizações atuantes no Terceiro Setor têm adequado seu posicionamento no aparente intuito de suprir a ineficácia do Estado na garantia dos direitos do cidadão, assim, se apresenta como principal ferramenta da chamada Terceira Via em favor da concretização do Neoliberalismo. Este artigo tem por finalidade mostrar como se dá a parceria público-privada especificamente na área de educação no Brasil, para tanto, utiliza-se da mais destacada ONG atuante no âmbito educacional, abordando essa atuação da iniciativa privada no atendimento às questões sociais.

Palavras-chave: Relação Público-privada, Terceiro Setor, Instituto Ayrton Senna.

ABSTRACT

Since the 1990s the organizations working in the Third Sector come adapting your positioning in order to apparently furnish the ineffectiveness of the state in ensuring the rights of the citizen, thus presents itself as the main tool of called Third Way in favor of the implementation of neoliberalism. This paper aims to show how is the public-private partnership in education specifically in Brazil, therefore, uses the most prominent NGO active in the educational field, addressing this actions of private enterprise in responding to social issues.

Keywords: Public-private relationship, Third Sector, Instituto Ayrton Senna.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho é resultado de discussões do grupo de estudos realizado na disciplina de Fundamentos Políticos da Educação, sob a orientação da Professora Dr^a Melânia Mendonça Rodrigues, tendo como base teórica os autores (COUTINHO, 2003); (COVRE, 2000); (DALAROSA, 2009); (GRAMSCI, 2000); (LEAL, 2008); (MARX, 2000); (RODRIGUES,

2003); (VASCONCELOS, 2000), além da pesquisa bibliográfica posterior, na abordagem de autores como: (SADER, 1999); (MONTANÕ, 2010); (GENTILI, 1996); (VARELA E URIA, 1992); e, numa articulação do neoliberalismo com a realidade brasileira, ainda foram suscitados artigos relacionados à atuação do Instituto Ayrton Senna na educação formal pública. O presente artigo tem por finalidade mostrar a parceria público-privada na educação, tendo em vista a atividade do Terceiro Setor e a desobrigação do Estado.

O TERCEIRO SETOR: Ferramenta Neoliberal

O Neoliberalismo é uma ideologia que procura responder à crise do Estado Nacional através do comércio e das novas tecnologias, crise essa ocasionada pela interligação crescente das economias das nações industrializadas, no entanto, representa uma regressão do campo social e político e corresponde a um mundo em que o senso social e a solidariedade atravessam uma grande crise. Os direitos básicos, como saúde, educação, moradia, segurança social que o governo se comprometeu a garantir aos cidadãos foi transferido para o setor privado, transformando-os em produtos ou serviços de consumo, deixando a grande massa de menor poder aquisitivo fadada às migalhas. Logo, torna-se imprescindível que se tenha como base uma cidadania alienada, que desconheça em que se consiste a democracia, o que é ser cidadão, pois só assim viabiliza a estrutura atual em que vivemos.

Com o neoliberalismo, os sistemas educacionais enfrentam hoje uma intensa crise de eficiência, eficácia e produtividade, isso porque a política econômica e a política educacional se articularam para que a educação, que é um aspecto social, seja tratada como os planos econômicos ao se estabelecerem metas meramente quantitativas.

A intenção do neoliberalismo é criar a ideia de que o problema da crise é o Estado ineficiente, superfaturado, deficitário e ineficaz. Então a única solução é permitir que o privado ocupem o lugar do público. Para GENTILLI,

Os governos neoliberais não só transformam materialmente a realidade econômica, política, jurídica e social, também conseguem que esta transformação seja aceita como única saída possível (ainda que, às vezes dolorosa) para a crise. (GENTILI, 1996, p.11)

Neste contexto, a Terceira Via se coloca como uma alternativa para o antagonismo dos conceitos políticos econômicos tradicionais como o Neoliberalismo e a Social Democracia, propondo através do diálogo e da reflexão uma lógica conciliadora, desviando-se de uma visão problematizadora para um foco solucionador dos interesses de classe.

Como uma ferramenta da Terceira Via, surge o Terceiro Setor, se colocando como uma alternativa viável à ineficácia estatal no trato da questão social. Inicialmente, no final da década de 1980, as instituições atuantes no Terceiro Setor lutavam contra o governo em prol de melhorias e da garantia dos direitos civis na vida do cidadão, eram aliados à sindicatos, e mantinham em sua identidade uma posição classista e opositora, mas atualmente se adequaram ao Estado, desenvolvendo funções públicas a partir de iniciativas privadas.

TERCEIRO SETOR NA EDUCAÇÃO: O Instituto Ayrton Senna

Dentre as instituições atuantes no Terceiro Setor, especialmente na área de educação, destaca-se nacional e internacionalmente o Instituto Ayrton Senna, amparado por fundação homônima estabelecida em Londres, no Reino Unido. Por se tornar referência no desenvolvimento educacional e na instrumentalização do mesmo, exemplifica fortemente a articulação entre o Terceiro Setor e as entidades governamentais, objeto desta pesquisa. De acordo com GENTILI, (1996, p.17)

Os sistemas educacionais contemporâneos não enfrentam, sob a perspectiva neoliberal, uma crise de *democratização*, mais uma crise *gerencial*. Esta crise promove, em determinados contextos, certos mecanismos de “iniquidade” escolar, tais como a evasão, a repetência, o analfabetismo funcional etc.

Neste sentido o Instituto Ayrton Senna – IAS, opera na tentativa de suprir a necessidade de mecanismos reguladores da qualidade dos serviços educacionais, passando necessariamente pela reforma administrativa das instituições.

O Instituto Ayrton Senna – IAS, atuante no Terceiro Setor desde 1994, é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, idealizada pelo próprio Ayrton Senna, atleta tricampeão de fórmula1, e realizada por sua irmã, Viviane Senna. Desde 2004 vem atuando em conjuntura a UNESCO para que o Brasil atinja as metas da ONU para uma educação básica de qualidade. Seus programas para educação formal são:

- ACELERA BRASIL, criado em 1997, é um programa emergencial de correção de fluxo do Ensino Fundamental, ele combate a repetência que gera a distorção entre a idade e a série que o aluno frequenta e, também, o abandono escolar, sua proposta é contribuir para que o aluno, em um ano, alcance o nível de conhecimento esperado para a primeira fase do Ensino Fundamental, de maneira que

possa avançar em sua escolaridade. Alunos do Acelera Brasil chegam a realizar duas séries em um ano letivo, de acordo com seu aproveitamento, já que não se trata de promoção automática. Os alunos alfabetizados, mas que repetiram de ano, são agrupados em salas de até 25 crianças e acompanhados por um professor da rede de ensino devidamente capacitado para aplicar a metodologia do Programa, tanto os alunos como o professor têm acesso a material didático específico, além de monitoramento e avaliação constantes. As aulas são pensadas para cumprir 200 dias letivos com atividades integradas à realidade dos participantes. Há lições de casa, trabalhos em grupo, momentos voltados à leitura e um acompanhamento personalizado pelo professor;

- SE LIGA, programa criado em 1999, é emergencial e ajuda a corrigir o fluxo escolar do Ensino Fundamental porque combate o analfabetismo nas primeiras séries, além de contribuir para a diminuição da evasão escolar. Em um ano, alfabetiza crianças que repetem, porque não sabem ler nem escrever, para que possam frequentar o Acelera Brasil e, depois, retornar à rede regular. Os alunos que repetem um ou mais anos são avaliados para checar seu nível de leitura e escrita. Caso não alcancem o desempenho desejado, entram no Se Liga. Em salas de, no máximo, 25 alunos, um professor da rede de ensino, devidamente capacitado, aplica a metodologia do Programa que, além da ênfase dada à leitura, oferece às crianças materiais específicos que facilitam e qualificam o aprendizado;

- CIRCUITO CAMPEÃO, programa que introduz, nos primeiros anos do Ensino Fundamental das redes regulares, ferramentas de gestão da aprendizagem como soluções concretas para estancar a má qualidade de ensino, garantir o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita, de cálculos matemáticos e de compreensão de fenômenos naturais e sociais, de maneira a contribuir para a permanência do aluno na escola e para o seu sucesso. O Programa introduz nas escolas e secretarias de ensino uma cultura de gestão focada em resultados de aprendizagem. Prioriza políticas de alfabetização e de acompanhamento das quatro primeiras séries do ensino fundamental;

- GESTÃO NOTA 10, programa que é dirigido aos gestores de educação (diretores de escolas e equipe das secretarias de ensino), oferece capacitação e ferramentas gerenciais para esses profissionais no intuito de elevar a qualidade da aprendizagem de forma equitativa, e promover a articulação de todas as condições necessárias para a eficácia dos processos educacionais nas redes públicas de ensino,

incluindo princípios de gestão nas quatro esferas da educação formal: aprendizagem, ensino, rotina escolar e política educacional. Também objetiva fortalecer a competência técnica das lideranças e das equipes de trabalho, criando uma interação ativa e cooperativa na escola, e entre a escola e a secretaria de educação. O Gestão Nota 10 trabalha com indicadores e estabelece metas a serem parceladas e cumpridas pelas escolas e secretarias de educação, devidamente ajustadas a cada ano letivo a partir da realidade dos resultados obtidos no ano anterior. Suas ações estão diretamente ligadas aos diretores de escola e equipes de secretaria de educação;

- e FÓRMULA DA VITÓRIA: O programa trabalha com alunos de 5^a à 8^a série (6^o ao 9^o ano), defasados em alfabetização ou que apresentam dificuldade parcial ou total das habilidades de leitura e escrita. Os alunos se apropriam dos conhecimentos e passam a ler e a produzir textos em diferentes situações, com clareza e coesão. O Fórmula da Vitória conta com material específico de Língua Portuguesa organizado a partir de gêneros textuais que despertam a curiosidade, o interesse e o desejo de ler e escrever nos adolescentes e facilitam a aprendizagem da leitura e escrita por se tornarem objetos reais de comunicação. A proposta favorece a comunicação entre os alunos e o fácil envolvimento da família e da comunidade.

Para desenvolver seus projetos, o IAS conta com três fontes de recursos: contratos de sublicenciamento, compreendendo 100% dos royalties de utilização das marcas Ayrton Senna e Senninha, e recursos aportados por empresas e doações. De seus programas, o IAS atua em 802 municípios com o “Se liga”, em 596 municípios com o “Circuito Campeão”, em 556 municípios com o “Gestão nota 10”, e em 2 municípios com o “Fórmula da Vitória”. Para instrumentalizar as atividades educacionais conta com um sistema de cadastro próprio, o Sistema Instituto Ayrton Senna de Informações (SIASI), para onde os convenentes devem repassar, mensalmente, dados sobre o desempenho dos alunos, frequência, cumprimento das metas, dentre outros.

O IAS oferece material didático próprio, desenvolvido sob sua perspectiva educacional e oferece treinamento para professores e gestor das instituições contratantes ou convenentes, e requer o acompanhamento de toda a implantação e execução dos programas, no entanto, não contrata pessoal próprio para desenvolvimento do projeto, utiliza-se da força de trabalho das próprias instituições convenentes para todas as atividades e feedback. Buscando atender aos princípios da legalidade, da moralidade e da publicidade, utiliza-se de auditoria externa para fiscalização dos programas em desenvolvimento nas instituições

educacionais convenientes, no entanto a contratação dessas auditorias ficam, também, ao encargo das convenientes, como prefeituras por exemplo.

Dentre outras ações desenvolvidas para o cumprimento da sua atividade fim, estão o financiamento de programas de algumas ONG's desenvolvedoras de projetos educacionais, e a promoção de eventos alusivos.

De acordo com sitio eletrônico do IAS, a proposta é a prestação de serviços gratuitos à administrações públicas na âmbito da gestão de processos educacionais, incluindo diagnósticos, planejamentos, formação de gestores, formação de educadores, desenvolvimento de soluções pedagógicas e tecnológicas inovadoras, tudo articulado de forma a promover uma educação integral para o pleno desenvolvimento de crianças e jovens em suas múltiplas competências. Obviamente, o IAS representa uma grande vantagem propagandista para uma prefeitura, uma vez que é tido como referência na área de educação e desenvolvimento humano, no entanto, o que justifica e viabiliza os convênios firmados com prefeituras e demais instituições públicas é a resolutividade proposta para a realidade de descaso na educação básica provida pelo poder público.

Uma pesquisa realizada no município de Sapiranga/RS em 2007 por Daniela de Oliveira Pires e Marilda de Oliveira Costa da UFRGS, traz entrevistas com secretários da prefeitura e professores que trabalhavam nas escolas do município, quando foi firmado convênio com o IAS. Conforme relatos desses professores, os planos de aula já vinham prontos, desprezando a autonomia destes profissionais em sala de aula, cabendo-lhes a mera execução, e desviando sua função, também, para agentes alimentadores de relatórios. Conforme essa pesquisa, o programa é limitado e desconsidera a realidade de cada escola, espaço educacional e as características financeiras e socioculturais dos municípios, buscando apenas os fins propostos com a aplicação de um projeto padrão, que, em alguns casos, ainda é maquiado pelos professores, com o incentivo de bonificações oferecidas pelas prefeituras, resultando em aprovações escolares indevidas. Destacou-se pelo relato da secretaria, a importância do projeto, mas vê-se aí o simples cunho propagandista que o nome do Instituto traz à gestão do município. Quanto à gratuidade dos serviços prestados pelo IAS, deve-se manter a ressalva de que as minutas de Termo de Convênio celebradas com as prefeituras prevê a responsabilidade destas com todos os recursos humanos envolvidos, inclusive advindos de reclamações trabalhistas, todos e quaisquer ônus e encargos necessários para a execução das atividades determinados pelo IAS no programa, além dos custos da adesão ao SIASI.

Analisamos superficialmente o Balanço Patrimonial do IAS de 2010, e aparentemente possuía um Ciclo Financeiro em cerca de 78 milhões de reais, necessitando que suas operações fossem financiadas por alguém nesse montante. Parece, também, que não existia folga no caixa (em dias), e o financiamento se fazia necessário para o sustento do IAS em boa parte do ano. Tal financiamento, conforme as notas do próprio Balanço Patrimonial e seu Demonstrativo, provinha de empréstimos e ativos financeiros recebíveis, como os contratos de sublicenciamento (utilização da imagem “Ayrton Senna” e da personagem “Senninha”). O balanço comparativo apresentava uma queda no superávit do ano de 2010 em relação ao de 2009, decorrente da diminuição de doações, e crescimento das despesas com os projetos educacionais que o IAS então patrocinava. No entanto, houve um aumento nas demais receitas, resultantes dos contratos de sublicenciamento, das parcerias estratégicas (contratos com o FNDE, no valor total de aproximadamente 18 milhões de reais), e das receitas financeiras, tal aumento se dava no montante de R\$ 3.224.327,00. Nota-se que o IAS empenhou, no período, uma provisão para contingências no valor de R\$ 256.637,00 (para reclamações trabalhistas com probabilidade de perda), contando ainda com um risco possível de 2 milhões de reais para pagamento de processos judiciais de natureza cível. Outros dados relevantes são os impostos a recolher, no valor de R\$ 46.737 (que pode ser resultante de operações financeiras, ou de situações nas quais o IAS não cumpriu condições estabelecidas para se beneficiar de incentivo fiscal), e as isenções de contribuição social e previdenciária, usufruídas no valor de 3 milhões de reais, em 2010.

A inexigibilidade fiscal, nestes casos, é defendida por muitos juristas, considerando que seria injusto tributar aquele que auxilia o Estado, atentando que as ações destas organizações visam ao bem da coletividade. No entanto, essa defesa desconsidera que a atuação destas entidades ocorre focalizada, atendendo determinadas localidades com as quais se formalizam convênios, limitando suas ações por meio de dispositivos legais que submentem as instituições convenientes à cláusulas de expressa vedação da transmissão de conhecimentos, materiais, metodologias e práticas desenvolvidas nos programas, de onde deriva a consequente privação dos programas e seus resultados pela coletividade. E, no caso do IAS, percebe-se ainda que suas funções são essencialmente de assessoria, intermediando e alocando recursos para desenvolvimento e execução de projetos por outrem, a exemplo de sua minuta de Termo de Convênio com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires/SP, onde as responsabilidades pela provisão de infraestrutura, recursos humanos, aporte financeiro,

resultados obtidos, encargos e ônus de qualquer natureza recaem sobre o Convenente, e o IAS somente se compromete em fornecer acesso ao seu material e apoio técnico à Gestão.

Em 2011, de acordo com o Portal de Transparência do Governo Federal, o IAS tinha contratos firmados em 2010 com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, totalizando valores de cerca de 29 milhões de reais.

CONCLUSÃO

Na perspectiva neoliberal, a educação está passando por uma crise de qualidade, eficiência e eficácia. Não faltam escolas, faltam escolas melhores, não faltam professores, faltam professores qualificados, e o grande responsável dessa crise é o Estado que não consegue propiciar condições para uma educação de qualidade. Neste contexto surgem as parcerias público-privada, que consiste na utilização do espaço público causada pela ineficiência, para organizar e pontencializar as atividades a partir da iniciativa privada. De acordo com MONTANÕ, (2010), a chamada “parceria” não é outra coisa senão o repasse de verbas e fundos públicos no âmbito do Estado para instâncias privadas (...), o poder público se faz o verdadeiro subsidiador e promotor destas organizações e ações do chamado “terceiro setor” e da ilusão do seu serviço.

A conclusão que alcançamos com essa pesquisa, é a comprovação de como funciona o Terceiro Setor no contexto do neoliberalismo, onde, baseado numa cidadania alienada, o Estado se desobriga de seus deveres, aliando-se, sob a justificativa de modernização e de estímulo da participação democrática, à entidades não-governamentais como o IAS, que assumem algumas questões sociais, se desviando do bem comum para demandas individualizadas e pseudo-democráticas.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa, Sistema s apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local, disponível em <http://www.fe.unicamp.br/lage/grepe/Relat-Tec-sistemas2012.pdf>;

ADRIÃO, Theresa, Consequências da atuação do instituto Ayrton Senna para a gestão da educação pública: observações sobre dez casos em estudo, disponível em <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0522.pdf>;

ADRIÃO e **PERONI** Relatório CNPq 401434/2008-7 – disponível em <http://www.ufrgs.br/faced/peroni/docs/INSTITUTO%20AYRTON%20SENNARELATORIO.pdf>;

BRASIL, Lei Federal n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, e alterações, DOU, 1993;

COSTA, Marilda de Oliveira et **PIRES**, Daniela de Oliviera, *A Reconfiguração do Papel do Estado e o Advento das Parcerias Público-Privadas na Promoção de Políticas Educacionais: a pareceria entre o Município de Sapiranga e o Instituto Ayrton Senna*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007;

GENTILI, Pablo (org). Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado da educacional do neoliberalismo. Brasília, CNTE, 1996. (cap.1/2);

IN: GENTILI, Pablo et al (org.) Pós-Neoliberalismo. São Paulo; Paz e Terra, 1998 (cap. 1);

MONTANÕ, Carlos, Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social./ Carlos Montanõ, - 6 ed. – São Paulo: Cortez, 2010;

RESENDE, Tomás de Aquino, *Imuniade Tributária e Isenções de Impostos*, Centro de Apoio ao Terceiro Setor de Minas Gerais;

RODRIGUES, Melânia Mendonça, *Democracia: Concepções em Disputa. In: _____. Sob o signo do embate: avanços e limites da participação popular na democartização da gestão educacional*. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, p.20-49;

SADER, Emir. Prefácio: saber, poder, viver. IN. LINHARES, Célia. Políticas do conhecimento: velhos contos, novas condutas. Niterói: Intertexto, 1999.p.11-13;

Portal da Transparência, disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br>, último acesso em 21 de abril de 2013;

Balanco Patrimonial comparativo do Instituto Ayrton Senna em 31 de Dezembro de 2010, disponível em: <http://senna.globo.com>, último acesso em 03 de Setembro de 2011.